

CRECHE E FAMÍLIA: um trabalho pedagógico em parceria

Vera Lucia Mello Chiavini*

Tradicionalmente a composição familiar permitia a guarda e a transmissão de conhecimentos às crianças: enquanto o pai saía em busca do sustento dos membros sob sua responsabilidade, a mãe permanecia ao lado dos filhos, para criá-los e educá-los. Entretanto, o aumento da complexidade social, causada por modificações históricas - a industrialização, a urbanização, a migração e outros fenômenos que se impuseram no seio de uma estrutura capitalista, aliados ao processo de libertação da mulher -, levou o sexo feminino a buscar o que anteriormente era específico do homem.

Nesse processo, os papéis sociais foram sendo aos poucos redefinidos, e a mulher apontou, então, a responsabilidade de educar os filhos também como dever do homem, e da sociedade, transformando o problema da criança numa questão não mais meramente familiar, mas também política. E uma das reivindicações femininas foi a criação de creches para o atendimento de crianças pequenas, durante a jornada das mães que exerciam atividades fora do lar.

A Creche veio, assim, a desempenhar um importante papel social, na medida em que passou a abrigar e a alimentar o contingente etário de zero a seis anos, libertando a mulher-mãe da função de guardiã e facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, as conquistas femininas em absoluto estão isentas de conflitos; vivemos num mundo que, embora lute contra as desigualdades entre os seres humanos, ainda está longe de ser justo. Patriarcal, separatista, preconceituosa, a civilização ocidental cristã,

erigida sobre a concepção filosófico-religiosa do mito da Queda, presa no paradigma do pecado, investe no sentimento de culpa.

Dessa maneira, quando a mãe leva o filho à Creche, carrega consigo toda uma gama de sentimentos contraditórios, calcados na falta de crédito no seu direito de buscar a realização pessoal e na crença de que o preço a ser pago por esse anseio humano é o *abandono* da prole em mãos *não legítimas*. Decorrente disso, a Creche, que historicamente surgiu como um sustentáculo à libertação da mulher, acaba tendo que conviver com as contradições e as angústias do público a que serve.

Gostaria de ilustrar essa afirmação com um fato da vida real, ocorrido nos meus tempos de estudante universitária. Na época, reivindicando uma Creche para filhos de mães alunas e trabalhadoras da instituição onde estudávamos, uma colega de turma, crítica, politizada, esclarecida, levantava com vigor bandeiras de luta, discursando veementemente sobre a liberdade conferida à mulher que pudesse dispor dos serviços de uma estrutura organizada para zelar por sua prole. Radical e incisiva, era até mesmo dura com as mães que temiam colocar suas crianças em creches e pré-escolas. Entretanto, ao ter seu primeiro filho, demonstrou profunda insegurança frente à decisão de matricular o menino em um berçário, para que ela pudesse trabalhar.

Esse sentimento de culpa, que leva as mulheres mais independentes a se fragilizarem, entranha-se nelas devido ao modelo social conservador. Este, relutando em abdicar da organização familiar tradicional, cria para o sexo

* Professora da Rede Estadual paulista, Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, SP.

feminino fobias, ansiedades, um temor que tolhe a alegria de viver e a liberdade, principalmente quando se trata do questionamento da dedicação às crianças pequeninas - justamente a clientela atendida pela Creche.

Na verdade, como é longa a dependência que o filhote humano tem do adulto para poder sobreviver, esse fator vem reforçar a concepção social de que a mãe deve cuidar dos filhos, e de forma exclusiva. Assim, presa de sentimentos de inadequação, a mulher se angustia por ter que deixar o filho na Creche e expressa esse medo através de uma insegurança que a criança assimila e demonstra com comportamentos de esquiva. Além disso, não se pode negar que a criança de fato se apega à mãe, protestando portanto contra a sua saída, e mais agudamente quanto maior é a quebra de sua rotina de vida.

Se a progenitora é simbolicamente violentada pela acusação de negligenciar o filho e de não se preocupar com a sua formação, essa conjuntura se agrava quando a Creche é considerada não um direito social, produto de lutas duramente constituídas, mas um *mal necessário*. Gerando sentimentos de inadequação ao feminino, o receio de colocar o filho nessas instituições se aprofunda entre as classes mais pobres, pois, de fato, nem todos os estabelecimentos organizam-se criteriosamente.

Há muitos anos atrás tive a oportunidade de trabalhar como professora numa Escola Isolada que funcionava no edifício de uma Creche municipal. Acolhendo crianças de zero a oito anos, era uma verdadeira prisão: sem nenhum atendimento, os pequenos eram confinados a espaços exíguos, ignorados, maltratados; conseqüentemente apresentavam comportamentos patológicos, que variavam entre uma apatia quase autista e a agressão mais violenta. As mães dessas crianças, no

geral empregadas domésticas, eram obrigadas a deixar e a apanhar os filhos na porta de entrada, vedado que lhes era adentrar-se no *recinto sagrado*; e, por extensão, opinar, reivindicar ou participar de Conselhos. Este exemplo mostra o aspecto meramente **assistencialista** das Creches, falho, de má qualidade, perverso, do qual urge a superação.

Entretanto, as instituições que recebem crianças de zero a seis anos têm condições de ultrapassar as fronteiras que as inibem e de se transformar num importante espaço de socialização de sua clientela - desde que priorizem sua **natureza pedagógica**. Se a Creche - ou a pré-escola - ainda possui um caráter de guardiã da inocência infantil, assistencialista e compensatório, por outro lado tem conquistado seu **espaço educacional**. Sob este prisma, lembremo-nos de que a escola, em todos os níveis, pode e deve levar a criança, de uma perspectiva centrada em si mesma, egocêntrica, a se constituir como sujeito. As instituições que atendem os pequeninos com menos de sete anos não deixam de ser núcleos educativos, tendo portanto a incumbência de trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento pleno de sua clientela.

Assim, devem dar primazia, a longo ou curto prazo, à qualidade de ensino; com planejamentos, metodologias adequadas e estratégias que levem em conta o universo infantil da faixa etária que educa, a Creche poderá transformar o professor num parceiro da criança em seu processo de vir-a-ser. Se, desse modo, torna-se passível de oferecer um contexto de socialização diferente daquele apresentado pela família - porque é uma instituição diferente desta -, não precisa contudo colocar-se em oposição ao grupo familiar.

Sabe-se que o ambiente influencia a criança - e esta premissa é válida nas mais diferentes situações; se o bem-estar dos

pequenos for a real preocupação da Creche, tal postura leva automaticamente ao cuidado com o ambiente familiar. E aqui se colocam, realmente, as possibilidades de entrosamento entre os educadores da Creche e a comunidade por eles atendida.

Via de regra, a família só é chamada nas escolas para ouvir reclamações sobre os filhos ou trabalhar em festinhas para arrecadar dinheiro; raramente os pais são solicitados a fim de colaborar, informar, ou discutir problemas concretos da instituição onde colocaram suas crianças. Essa forma de agir é oriunda do modelo burguês, de classe média, que concebe as famílias, mormente as mais desfavorecidas, como **culpadas** - carentes, inadequadas, falhas, com membros desestruturados, desprendidos das necessidades dos filhos, sem nenhuma condição de entender o trabalho pedagógico e nele colaborar.

Essa família posta no banco dos réus é, porém, **idealizada**; não é concreta, não é real. Mas essa idéia, essa fantasia, melhor dizendo, fruto de uma mentalidade educacional autoritária, vai dificultar sobremaneira todos os processos interativos entre os educadores que a defendem e a clientela a que servem: até uma criança sabe o momento de sair do *faz de conta*; entretanto, há alguns adultos que teimosamente permanecem em sua absurda negação da realidade.

Evidentemente não se está aqui sugerindo que se permita na Creche a instalação da tirania da família. O pedagogo, os professores, o diretor da instituição, todos eles são autoridades, e precisam estabelecer limites, os quais devem ser respeitados para que os pais dos alunos não venham a emperrar o bom andamento do trabalho no seio da escola; em última análise, os profissionais da Creche é que estão capacitados para educar as crianças. Todavia, no desempenho da sua autoridade, não

devem se esquecer de que esta se dá no conjunto das relações com a totalidade da instituição, **da qual a família faz parte**.

A escola, se não traz em si o poder de mudar a sociedade, tem contudo o dever de contribuir para transformações sociais que visem a uma democracia mais plena. Por esse motivo, não se deve inibir a colaboração dos pais, pois torna-se cada vez mais clara a necessidade de conhecer o alunado - sua origem, sua cultura, seu modo de agir e de pensar - para melhor educá-lo.

Evitar a discriminação à família é uma maneira criteriosa de viabilizar a autonomia e a cooperação nas instituições de ensino. E a minha experiência nesse ponto é extremamente fértil: sempre procurei aliar as informações obtidas por meio de livros, cursos e debates àquelas provindas dos pais dos meus alunos. Através de questionários ou de conversas informais, tenho recebido das pessoas da família - mesmo as mais simples - informações de grande valia, as quais revelam profunda compreensão da filosofia ou da pedagogia que embasam as atividades oferecidas às crianças. De fato, eu não teria crescido como educadora se tivesse permanecido indiferentes às vozes dos pequenos e de seus pais. Estes, percebendo que a ênfase do conteúdo se alia à gratificação das crianças, sempre oferecem seu apoio, e incondicional.

O intercâmbio entre o educador e a família tem condições de oferecer subsídios para a criação **coletiva** de uma escola que atenda aos interesses de todos que a compõem. Através dessa interação, o professor pode vir a conhecer melhor a realidade das crianças sob seus cuidados e partir dela para ensinar. Entretanto, essa convivência somente será positiva se, numa atitude democrática, a Creche aceitar as diferenças culturais de sua clientela; uma relação de respeito que, ao invés de obrigar

os pais a abjurarem, a eles ofereça oportunidades de opinar, de discutir dúvidas, de receber informações, e até mesmo de ficar com as crianças nos momentos mais difíceis, a todos evitará sofrimentos inúteis.

Além disso, os pequenos sentem-se atraídos por outras crianças, e a convivência de meninos e meninas da mesma idade pode então facilitar a permanência, o processo de crescimento e a socialização do infante na Creche, mesmo que ele seja muito apegado à mãe.

De fato, propiciando abrigo e educação às crianças, e promovendo a inclusão das necessidades e interesses da comunidade no seu planejamento pedagógico, através de serviços os mais diversos, estará agindo preventivamente para atenuar as dificuldades concretas que a família enfrenta ao se separar do filho, e, ao mesmo tempo, estabelecendo formas de intervenção para ajudar os pais a superá-las.

Essa elaboração deve abranger um bom atendimento aos adultos desde os contatos iniciais, até um serviço de integração entre as modalidades do gênero, caso a criança necessite se transferir. Transmitindo informações à família, estimulando sua aproximação, ouvindo suas angústias, discutindo suas dúvidas, permitindo a entrada dos pais na Creche - principalmente durante o processo de adaptação da criança à mesma-, etc, o planejamento pedagógico apresentará um **caráter transformador**, pois, voltado à qualidade das inter-relações pessoais, terá mais chances de atingir os objetivos educacionais visados.

A Creche exerce, em nossa sociedade, o importante papel de atenuar os encargos da célula familiar moderna; e a recíproca, aqui, merece ser verdadeira: estimular a relação entre seus componentes sem dúvida irá torná-los mais seguros. E assim poder-se-á comutar a difícil e recalcitrante convivência de *fiscais e juizes* por uma relação construtiva entre **aliados e colaboradores**.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, M. M. et al. A Creche e a pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: (39):35-42, 1981.

FDE - A pré-escola e a criança hoje. *Caderno Idéias nº 2*. São Paulo, 1988.

FDE - O cotidiano da pré-escola. *Caderno Idéias nº 7*. São Paulo, 1989.

FDE - O jogo e a construção do conhecimento na pré-escola. *Caderno Idéias nº 10*. São Paulo, 1990.

KRAMER, S. *A política da pré-escola no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

_____. O papel social da pré-escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: (58):77-81, agosto/1986.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; VITÓRIA, T. Processos de adaptação na Creche. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo:(86):55-64, 1993.